

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.088 - SP (2019/0273629-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : **DIORGINNE PESSOA STECCA E OUTROS**
ADVOGADOS : **IVALDO TOGNI - SP040382**
 DIORGINNE PESSOA STECCA - SP282072
 GUSTAVO ALTINO FREIRE - SP281195
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **DIEGO MAGGI RODRIGUES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

DIEGO MAGGI RODRIGUES, paciente neste habeas corpus, alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito a locomoção e aponta como autoridade coatora o **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Nas razões deste feito, o impetrante postula, resumidamente, a progressão do sentenciado ao regime aberto, "expedindo-se alvará de soltura para a unidade prisional em que ele se encontra, para que aguarde a manifestação do TJSP" (fl. 7).

Decido.

O pedido não merece conhecimento.

O impetrante requer, nesta Corte, a alteração do regime de cumprimento da sanção reclusiva. Contudo, **a controvérsia deduzida neste habeas corpus não foi previamente analisada pelo Tribunal de Justiça estadual**, evidenciando-se a ausência de 'causa julgada' a justificar a inauguração da competência do Superior Tribunal de Justiça.

Não pode esta Corte Superior, portanto, conhecer diretamente da matéria, sob pena de inadmissível supressão de instância.

Ilustrativamente:

[...]

2. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, dada sua incompetência para tanto e

Superior Tribunal de Justiça

sob pena de incidir-se em indevida supressão de instância, das teses de nulidade da sentença por ausência de análise de tese defensiva apresentada nas alegações finais e o consequente excesso de prazo na custódia, tampouco de imposição de regime inicial mais gravoso que o permitido ou de possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista que tais questões não foram analisadas pelo Tribunal impetrado no aresto combatido, em razão da inadequação da via eleita, pendente de julgamento, ainda, apelação já interposta.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 347.010/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 12/4/2016)

Não há que se falar, ainda, em excesso de prazo ocasionado pelo Tribunal estadual, haja vista que a apelação criminal defensiva encontra-se na pauta de julgamento do dia 22/10/2019, a evidenciar, por óbvio, a proximidade na prestação jurisdicional.

Com base nesses dados, **não constato excesso de prazo a consubstanciar flagrante ilegalidade** que determine a intervenção desta Corte Superior.

Ilustrativamente:

[...]

5. Com relação às alegações de excesso de prazo para o julgamento da apelação, verificou-se, da análise do andamento processual constante do endereço eletrônico do Tribunal de origem, que o processo foi distribuído em 13 de janeiro de 2017, juntado parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça em 16 de janeiro de 2017, expedido relatório em 18 de maio de 2017 e encontra-se, desde então, na mesa do Desembargador Revisor para inclusão do feito em pauta de julgamento. Sendo assim, a meu ver, o processo segue trâmite regular, **não havendo, pois, falar em desídia do Tribunal de Justiça, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao feito, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora.**

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 393.540/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª

Superior Tribunal de Justiça

T., DJe 6/6/2017, grifei)

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

